

Construção civil

Os trabalhadores merecem aumento de 150.– francos!

2

Lei de migração e segurança social

Associação injusta para migrantes

3

Iniciativas anti-migrantes

Exposição contra um novo estatuto de saisonnier!

4

Nr. 6 | Novembro 2014 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Iniciativa Ecopop

Todos juntos contra a Ecopop!



Manifestação de 1 de Novembro contra a iniciativa xenófoba Ecopop e...

A 30 de Novembro a iniciativa popular «Fim à sobrepopulação – Para a conservação dos recursos naturais» vai a votação. Apesar de todos os partidos políticos se terem manifestado contra a iniciativa, ela é perigosa, já que apela à sensibilidade e às preocupações de muitas pessoas. Temos de nos opor a esta política que culpa os migrantes por todos os problemas e de lutar por uma Suíça aberta e solidária!

A colectividade «Ecopop» exige, com a sua iniciativa popular «Fim à sobrepopulação – Para a conservação dos recursos naturais», que o crescimento da população na Suíça não aumente mais do que 0,2% por via da imigração. Exige, além disso, que pelo menos 10% dos dinheiros públicos da cooperação com os países em desenvolvimento sejam utilizados para o «planeamento familiar voluntário». Isso significa que a iniciativa pretende controlar os nascimentos nos países mais pobres.

Imigração não é o problema

A iniciativa Ecopop quer «resolver» os problemas ambientais com uma limitação radical da imigração. Para os iniciantes, os migrantes são os culpados por todos os problemas, desde comboios sobrelotados passando por paisagens betonadas até danos ambientais. Mesmo que os defensores desta iniciativa o neguem, eles tornam-se cúmplices de partidos e tendências populistas da extrema-direita que há anos propagam ideias xenófobas. Afirmam constantemente

te que a imigração é má, a Suíça tem de «controlar» a imigração de forma drástica e só devem entrar no país aqueles que de facto são «necessários». A iniciativa, querendo ou não, discrimina os migrantes.

Ecopop é um ataque aos trabalhadores

Se a Ecopop for aprovada, conduzirá a condições de vida e de trabalho mais precárias. Devido às limitações na imigração, os empregadores terão de recorrer a autorizações de estadia temporárias. Quem possui uma autorização de estadia precária e tem medo de a perder, pode mais facilmente ser posto sob pressão por empregadores sem escrúpulos. Mais tarde ou mais cedo os salários e as condições laborais de todos os trabalhadores na Suíça serão afectados. Além disso, a Ecopop contribui para um maior isolamento da Suíça, pois ela não é compatível com os acordos bilaterais. Sem acordos bilaterais, desaparece a livre circulação de pessoas que garante mais direitos a uma grande parte da população migrante.

Não resolve problema nenhum

A iniciativa não resolve qualquer problema ambiental. O problema do ambiente não é o «número excessivo» de pessoas, mas as muitas pessoas, em especial ricas, que vivem

acima das suas possibilidades e gastam demasiados recursos. A iniciativa desvia a atenção da realidade: uns poucos vivem de forma grandiosa à custa dos mais pobres. A exigência de um «planeamento familiar voluntário» é o meio errado para combater a pobreza. As mulheres precisam de mais formação escolar e uma melhor posição na sociedade. Isso em si já conduz à redução do número de filhos!

Unia luta a favor de um NÃO!

Nós temos que nos posicionar de forma clara para que esta iniciativa seja estrondosamente rejeitada. O Unia conduz por isso uma campanha a favor de um NÃO.

Até fins de Novembro, tal como já aconteceu em Outubro, vamos estar presentes nas ruas e junto às empresas com acções de divulgação e bancas informativas. No dia 1 de Novembro marcámos presença numa manifestação na Praça Federal e pronunciamos-nos claramente a favor de um NÃO à Ecopop. Somente juntos conseguiremos evitar que os direitos dos migrantes e de todos os trabalhadores sejam respeitados. Com ou sem direito de voto, podemos todos contribuir para o combate contra a discriminação e o isolamento. A favor de uma Suíça aberta e solidária – vota NÃO à Ecopop!



... por uma Suíça solidária.

Editorial



Não à ECOPOP

O povo suíço vai decidir, a 30 de Novembro, sobre mais uma iniciativa xenófoba. Desta vez trata-se da iniciativa Ecopop, que quer limitar de forma drástica a imigração para a Suíça.

Esta iniciativa é perigosa porque esconde a sua profunda natureza xenófoba sob a capa de um tema que conta com muita simpatia entre a população suíça: a protecção do meio ambiente.

Esta iniciativa é perigosa porque é egoísta e acusa os migrantes de serem responsáveis pelos supostos problemas deste país e não identifica os verdadeiros culpados: o sistema económico e a sociedade suíça. Esta iniciativa é perigosa e desumana, já que pretende limitar a imigração de longa duração e liberalizar a precária autorização de estadia temporária. Ela reduz os migrantes a uma força de trabalho: usa-se quando é necessária e descarta-se quando se deixa de precisar. A estes migrantes não se reconhecem os direitos mais elementares.

A iniciativa é perigosa porque põe em causa as actuais relações com a Europa, levanta muros ao redor da Suíça e condena este país ao isolamento político e económico.

A iniciativa é perigosa porque tem hipóteses de vir a vencer nas urnas. Nós temos que nos empenhar contra ela. Também os que não têm direito de voto têm que fazer tudo em seu poder para convencer amigos, pais, filhos, colegas a votar contra esta iniciativa e por uma Suíça moderna, aberta e solidária.

Cada voto contra a xenofobia e o racismo conta. Conta cada voto a favor dos direitos dos migrantes, a favor do direito a uma autorização de estadia permanente, do direito à vida em família. Os migrantes são chamados a desempenhar o papel principal nesta luta, de modo a impedir que a Suíça se feche em egoísmo e xenofobia.

Guglielmo Bozzolini
Director da Fundação Ecap
e membro do comité central do Unia

Notícias breves

O problema do amianto continua premente

As consequências da catástrofe do amianto na Suíça estão longe de ter sido resolvidas. A utilização destes materiais cancerígenos está proibida desde 1990, mas a doença só aparece 20 a 50 anos mais tarde. Numa conferência de imprensa realizada a 7 de Outubro, a União de Sindicatos Suíços e o Unia exigiram, por isso, maior empenho do Conselho Federal e sugerem várias medidas. Exigem, além disso, que seja convocada uma mesa redonda para discutir a resolução do problema.

Melhores condições de trabalho para prestadores de cuidados de saúde



Cerca de 200 funcionários do ramo privado de cuidados de saúde e acompanhamento protestaram no dia 20 de Setembro na cidade de Winterthur por melhores condições de trabalho. O ramo sofre há muito não só por causa dos salários baixos. Turnos demasiado longos e falta de pessoal também criam grande pressão sobre os/as trabalhadores/as. Os/as prestadores de cuidados de saúde e acompanhamento estão fartos/as e exigem, por isso, que esta situação insuportável tenha finalmente melhorias.

As sanções devem fazer sofrer os empregadores



Os sindicatos de transportes Unia e syndicom estão fartos do desleixo na aplicação do decreto que regula os horários de trabalho e as pausas dos condutores profissionais de veículos automóveis (ARV 1/OTR 1). Este decreto deve garantir o cumprimento dos tempos de pausa e é importante para a segurança de todos os utentes das vias públicas. Apesar disso, nos controlos verifica-se haver regularmente infracções do decreto. Assim, um controlador, que semanalmente faz a avaliação dos cartões de mais de 3000 condutores, disse ao jornal Aargauer-Zeitung que só cerca de 5% é que cumpre o decreto. Os dois sindicatos exigem, por isso, um regime de regulação que obrigue o empregador ao cumprimento do decreto.

Construção Civil e obras públicas, Outono salarial

Provocação aos trabalhadores da construção

Como todos os anos no Outono, as negociações salariais estão na ordem do dia em todos os sectores – também no sector da construção civil. Mas em vez de uma oferta, a delegação sindical do Unia e do Syna recebeu uma «bofetada» – Messmer, o presidente da Sociedade Suíça de Empresários da Construção Civil (SSEC) rompeu as negociações. O Unia apela aos empreiteiros a regressarem à mesa das negociações, porque os trabalhadores merecem um aumento salarial.

Os próprios construtores admitem que o sector vai muito bem. As carteiras de encomendas estão preenchidas e há escassez de pessoal. Embora haja uma diminuição do número de licenças de construção, o valor global das construções previstas aumenta. Haverá menos projectos, mas em contrapartida serão realizados projectos mais caros. De um modo geral, as perspectivas são boas, a SSEC e a Crédit Suisse contam com receitas estáveis para os próximos 12 meses.

Stress e pressão aumentam!

Facto é que nos últimos anos, o trabalho aumentou e o número de trabalhadores diminuiu. Estes trabalham,

por consequência, sob uma enorme pressão de tempo e stress. Este é, provavelmente, o motivo de o número de acidentes continuar elevado: em média, cada trabalhador tem um acidente de cinco em cinco anos. Infelizmente, nos últimos anos, o número de acidentes graves voltou a aumentar.

É necessário um aumento salarial decente

A boa situação no sector da construção deve-se, em grande parte, ao árduo trabalho dos trabalhadores. Os aumentos salariais, todavia, não acompanharam o aumento do volume de negócios. Com efeito, os



Um aumento de 150.– francos...



... não é exagerado!



Ação por um aumento do salário – porque os trabalhadores da construção merecem!

trabalhadores têm de pagar cada vez mais para o seguro de saúde ou para as rendas de casa. Por isso, não é nenhum exagero reivindicar um aumento salarial de 150 francos por mês.

Empreiteiros não querem negociações

A SSEC interrompeu as negociações salariais, em Outubro, por razões pouco convincentes. O presidente da associação, Werner Messmer, disse literalmente: «É necessário um período de reflexão em matéria de salários». E: «Hoje não negociamos». Por outras palavras, a SSEC não quer negociar um aumento salarial para os trabalhadores que trabalham duramente. O Unia e o Syna apelaram à SSEC a voltar à mesa de negociações. O contrato colectivo da construção (CNT) obriga as partes contratantes a realizar negociações salariais anualmente.

Razões pouco convincentes

Entre outras razões, os empreiteiros justificam a ruptura das negociações com o facto de o Unia Zürich-Schaffhausen realizar análises de risco, uti-

lizando informações confidenciais das comissões paritárias. Com estas análises, verifica-se se há indicações de que os subempreiteiros tendem para fazer dumping salarial. A ideia não é nova. Para a realizar, procurou-se uma cooperação com a SSEC, mas esta não mostrou interesse. O Unia Zürich-Schaffhausen realiza tais análises de risco em nome da empresa de construção Allreal. Só podem ser obtidas informações das comissões paritárias com o consentimento da empresa em causa. Os empreiteiros procuram, obviamente, apenas um pretexto para não efectuar negociações salariais.

Ações nos estaleiros

Antes do início das negociações salariais, os trabalhadores reivindicaram um aumento salarial justo de CHF 150, realizando acções nos estaleiros. Perante a recusa dos empreiteiros em realizar negociações salariais, as acções nas obras continuarão. Os trabalhadores da construção civil irão lutar por um aumento salarial justo. Porque o merecem!

☞ Aurora García

Direitos sindicais

Sindicalistas têm direito de acesso a locais de trabalho

A situação repete-se: porque vão aos locais de trabalho falar com os trabalhadores, muitos sindicalistas vêem-se com frequência acusados de violação da propriedade privada. No entanto, a lei é clara. Um tribunal de comarca do cantão de Zurique deu razão ao Unia.



O acesso aos locais de trabalho é importante para o trabalho sindical.

O Tribunal da Comarca de Bülach absolveu em Setembro passado cinco secretários sindicais do Unia que

tinham sido acusados de violação da propriedade privada. Os secretários tinham entrado nas obras, ao abrigo

do direito de acesso, para informar os trabalhadores dos seus direitos. Foi-lhes, dessa forma, possível descobrir um caso de dumping salarial numa obra.

Várias queixas

Foram quatro os casos em que queixosos privados e empregadores do cantão de Zurique tentaram impedir o trabalho sindical, apresentando queixas jurídicas e proibindo o acesso aos locais de trabalho. Queriam assim impedir que os sindicalistas entrassem em contacto directo com os trabalhadores, os informassem dos seus direitos e verificassem se havia situações de trabalho irregulares.

Direito garantido pela constituição

O direito de acesso aos locais de trabalho é a condição prévia para um trabalho sindical eficaz. Os pareceres dos juristas são claros neste ponto: o direito de acesso é garantido pela constituição. Isto porque o direito de coaligação estabelecido na constituição estipula que os/as trabalhadores/as têm o direito de se organizar em

associações a fim de defenderem os seus direitos. Destes faz parte o direito dos sindicalistas de irem falar com os trabalhadores.

Os trabalhadores têm o direito a ser informados

A lei de trabalho também garante aos sindicalistas o direito de acederem aos locais de trabalho para informar os trabalhadores. Quer se trate da distribuição de folhetos em parques de estacionamento de empresas, deixar brochuras nas salas comuns, colocar informações em placards ou conversas pessoais com os trabalhadores nas instalações da empresa, o empregador não tem o direito de proibir o acesso ao local de trabalho e de apresentar uma queixa por invasão de propriedade privada. Isto desde que os sindicalistas tenham um comportamento adequado e não incomodem o normal funcionamento do trabalho. Por isso, a decisão do Tribunal da Comarca de Bülach é um importante sinal que reafirma o direito de os sindicatos acederem aos locais de trabalho!

☞ Aurora García

Retrato da emigração portuguesa

Portugal, país de emigração



Manifestação contra reduções dos cursos de língua e cultura portuguesa, 2012.

57% dos jovens portugueses vivem fora do país ou admitem emigrar. Mas também pessoas de outras idades pensam emigrar. A falta de emprego em Portugal é o principal motivo.

No estudo da seguradora Zürich, 57% dos jovens portugueses entre os 15 e os 24 anos já emigraram ou têm vontade de o fazer. Buscam noutros países emprego ou novas e melhores oportunidades profissionais. Um Relatório do Governo português confirma o rápido aumento da emigração portuguesa desde 2010. Cerca de 110 mil pessoas terão saído do país em 2013.

Relatório da Emigração

Um relatório sobre a emigração apresentado ao Parlamento em fins de Julho revelou que há cerca de 2,3 milhões de emigrantes portugueses em todo o mundo. A Suíça é dos destinos preferidos: em 2013 entraram 13 000 portugueses no país.

Emigração mais qualificada

A nova emigração portuguesa é mais qualificada. Mas há também famílias inteiras, muitas com crianças em idade escolar, e pessoas com idades avançadas a sair do país. Fazem-no porque têm compromissos que não conseguem cumprir.

Mais exploração

O Governo admite que aumentaram também os casos de irregularidades e exploração de mão-de-obra: não pagamento de salários ou salários inferiores aos devidos são das irregularidades mais frequentes.

Menos pessoal consular e professores, salários mais baixos

Apesar de tudo isto, o Governo não altera a política para as comunidades portuguesas no estrangeiro: não dota os cursos de língua e cultura portuguesa e as representações consulares de mais pessoal nem equipara os salários destes, nomeadamente na Suíça, ao nível de vida do país.

⇒ Marília Mendes

O Unia recomenda a todos os migrantes que se informem das condições de trabalho antes de deixarem o país de origem. E que comuniquem as situações irregulares imediatamente, mais tarde pode ser difícil regularizá-las.

Seguros sociais e lei de estrangeiros

Desvantagem para migrantes no seguro de invalidez

19 de Maio 2006: durante o trabalho, Flurim Thaqi, pai de três filhos, caiu de uma escada de três metros de altura. Resultado: contusão nas costas com fractura do osso sacro. A consequência foi uma longa história de problemas de saúde e lutas jurídicas, que mostra como migrantes podem rapidamente perder o seu direito à segurança social.

Depois do acidente, ele voltou ao trabalho, depois começou uma longa história de problemas de saúde. O seu médico atestou-lhe uma incapacidade de trabalho de 100%, mas houve pareceres contrários. Para Flurim Thaqi começou, além dos problemas de saúde, uma longa história de lutas jurídicas.

Do acidente de trabalho à perda de autorização de estadia

A sua autorização de estadia B era válida até 4 de Julho de 2011, um prolongamento da mesma foi-lhe recusado. Ele foi, por isso, intimado a deixar a Suíça até 31 de Outubro de 2012. Mas neste período o seu processo do seguro de invalidez ainda estava a decorrer. Só pôde ficar por intervenção do advogado. Se tivesse deixado a Suíça, teria perdido o direito ao subsídio de invalidez.

Perigo de perder a reforma por invalidez

A 1 de Abril 2010, a Suíça deixou de considerar válido o acordo de segurança social com o Kosovo, as pensões deixaram de ser pagas naquele país. Assim decidiu o Conselho Federal, teoricamente devido a casos de abuso no Kosovo. Desde esta data, os kosovares têm de permanecer na Suíça para receber as pensões a que têm direito.

O Departamento de Migração tolerou a presença de Flurim Thaqi no cantão de Schaffhausen durante o processo de regularização do subsídio de invalidez, mas sem prolongar a autorização de estadia.

Um parecer médico atestou-lhe uma incapacidade de 100% para trabalhos meio pesados e pesados, mas a total capacidade laboral para trabalhos leves. A IV/VS recusou-lhe, por



Flurim Thaqi num curso para sócios activistas.

isso, o subsídio de invalidez. A longa história de dores não foi tida em conta. Flurim Thaqi recorreu desta decisão junto do Tribunal Federal.

Ajuda de urgência apesar de processo IV/VS estar a decorrer

Como se não fosse suficiente, o cantão de Schaffhausen retirou-lhe o direito à ajuda social e passou a dar-lhe só ajuda de urgência: 520.- fr mensais para o aluguer do quarto, mais 40.- fr semanais em forma de cupões do Migros. A justificação do Departamento de Serviços Sociais foi que isto o motivaria a deixar o país.

Recorreu-se desta decisão, porque Flurim Thaqi tem de permanecer na Suíça enquanto o processo de invalidez estiver a decorrer, caso contrário ele perde os seus direitos relativamente a este processo. A decisão do Tribunal de Relação ainda está pendente.

À espera do Tribunal de Relação

A história de Flurim Thaqi mostra de forma exemplar como é difícil aos migrantes fazer valer os seus direitos. A IV/VS, por exemplo, não tem em conta as dores: afirma que, no caso de migrantes, a sensibilidade às dores é determinada culturalmente. É fre-

quente a autorização de estadia não ser prolongada durante o processo de requerimento do subsídio de invalidez para que as pessoas regressem ao país de origem sem a pensão. Dá-se aqui um encontro da lei de estrangeiros com a lei da segurança social que é contrária ao princípio de um processo justo, à proibição de discriminação e à obrigação reconhecida internacionalmente ao respeito dos direitos sociais dos trabalhadores. Assim, esperamos com atenção a decisão do Tribunal de Relação de Schaffhausen no caso de Flurim Thaqi.

⇒ Dr. David Husmann, Advogado especializado em seguros sociais e de responsabilidade civil
www.schadenanwaelte.ch
husmann@schadenanwaelte.ch



O advogado David Husmann

Votações federais, 30 de Novembro

Não a impostos decididos por acordo!

A iniciativa popular «Basta de privilégios fiscais para milionários» exige o fim de acordos fiscais para bilionários e multimilionários estrangeiros, porque esta é uma prática injusta. A votação terá lugar no dia 30 de Novembro de 2014.

Mais do que 5500 súper ricos estrangeiros beneficiam da chamada «tributação forfetária». Isto significa que não têm de declarar e pagar impostos na Suíça sobre os rendimentos e bens que efectivamente têm. Pagam

impostos só sobre um valor global acordado. A maior parte destes ricos mudou a sua residência para a Suíça para não ter de pagar impostos no seu país de origem. Oficialmente, quem beneficia deste regime não pode ter um trabalho remunerado. Mas na realidade muitas destas pessoas são homens e mulheres de negócios que dirigem as suas empresas internacionais a partir da Suíça.

Já eliminada em muitos cantões

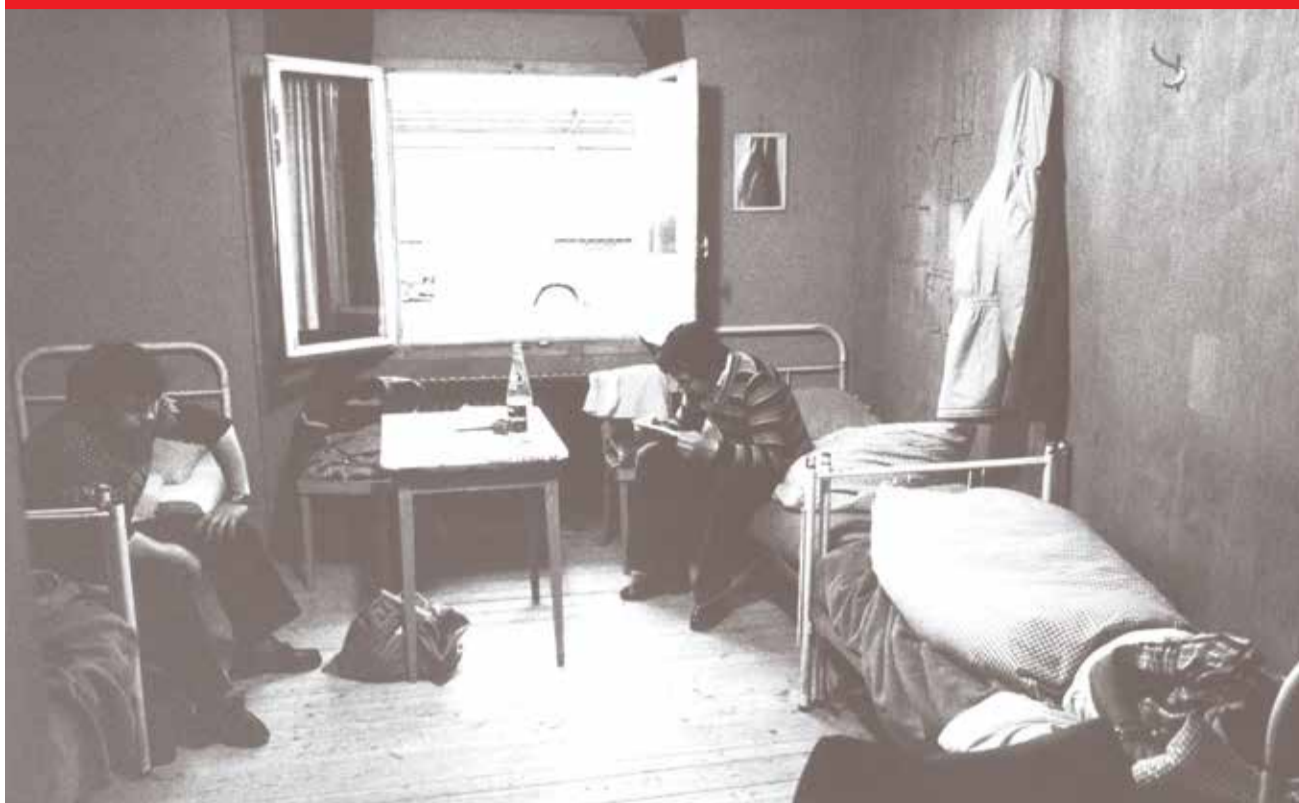
Com esta iniciativa, os partidos da esquerda e os sindicatos lutam con-

tra este tratamento especial de super-ricos estrangeiros, que é injusto para todos os outros contribuintes. Todos devem pagar impostos de acordo com os seus rendimentos. Diversos cantões (ZH, SG, AR, BL, BS) já acabaram com este privilégio. É tempo que todo o país siga o exemplo. Por isso, no dia 30 de Novembro, todos devem dizer NÃO nas urnas para se acabar com a tributação forfetária para os mais ricos!

⇒ Aurora García



Entrevista



Assim viviam os saisonniers nos quartos partilhados das barracas.

A um novo estatuto de saisonnier dizemos NÃO!

No dia 7 de Novembro, o Unia organiza um colóquio e inaugura uma exposição em que recorda o que foi o estatuto do «saisonnier». Depois da aprovação da sua iniciativa isolacionista a 9 de Fevereiro de 2014, a UDC exige a reintrodução deste estatuto. Perguntámos a Marília Mendes, responsável pelos sócios portugueses na central do Unia, o que é que os visitantes da exposição irão encontrar.

Encontrarão uma barraca. Não uma barraca completa, recriámos só um quarto, com camas, armários, etc. A ideia era sobretudo recriar o ambiente, para que os visitantes possam ver e sentir como é que viviam os saisonniers. O ambiente fechado da barraca aparece como símbolo da vida de privações, também da privação de direitos, dos saisonniers.

Como é que conseguiram reconstruir o ambiente da época?

Vimos muitos filmes e documentários da época, dos anos 1960 a 1990. Há imenso material fotográfico e audiovisual sobre o tema, também dos sindicatos que deram origem ao Unia. P. ex., o jornal do Sindicato da Construção e Madeiras (GBH/SBB/SEL) publicou em 1984 uma série intitulada «A barraca da vergonha da semana». Algumas das fotografias desta série fazem agora parte da exposição de fotografias que acompanha a barraca.

Ao pesquisares sobre o tema, o que é que mais te surpreendeu?

Quantas mulheres vieram trabalhar para a Suíça em condições semelhantes às dos homens! Quando falamos de saisonniers, pensamos em homens, com as suas malas, que vinham para cá trabalhar e que viviam em barracas. Nos filmes e documentários não se vê muitas mulheres. No entanto, vieram quase tantas como homens. Elas passaram pelo mesmo que os homens: tiveram de se sujeitar ao controle sanitário na fronteira,

de deixar marido e filhos no país de origem. Mas temos muito menos consciência disso.

Onde trabalhavam essas mulheres?

Na indústria, em fábricas de charutos, têxteis, chocolates... Existem fotografias de mulheres nas fábricas, mas pouco se vê sobre como viviam. Esse parece ser um capítulo esquecido da história da migração.

Essa é a história do passado. Mas hoje ainda há trabalhadores a viverem em condições precárias.

Sim, também tematizamos isso no colóquio, na exposição e na publicação sobre o tema. Mostramos, p. ex., fotografias onde se vê como vivem hoje pessoas que vêm trabalhar para a Suíça com uma autorização de curta duração. Estes trabalhadores vêm com um contrato de poucos meses e mal têm tempo e dinheiro para procurar um apartamento digno e para conhecerem os seus direitos.

Este é, na realidade, o nosso objectivo: recordar o passado para lembrar às pessoas o que significa vir trabalhar com autorizações de residência e contratos limitados. Nem com a livre circulação de pessoas os migrantes precários desapareceram da Suíça. E, dependendo da forma como a Iniciativa contra a imigração em massa for aplicada, tais situações ainda aumentarão. É contra isso que nós lutamos. Tal como lutaram outros sindicatos antes de nós.

Anna Luisa Ferro Mäder
area sindical



Anos 1990: Manifestação de saisonniers portugueses pelos seus direitos.

Datas da exposição:

«Baraques, xénophobie et enfants cachés: Ainsi vivaient les saisonniers en Suisse»

(em alemão, francês e italiano)

Berna, Waisenhausplatz, 7 a 13 de Novembro de 2014
Genebra, Plaine de Plainpalais (allée centrale), 7 a 23 de Novembro de 2014
Mais informações em: <http://www.unia.ch/de/aktuell/events/detail/a/10170/>

A publicação «Baracche, xenofobia e bambini clandestini: Perché opporsi alla reintroduzione dello statuto dello stagionale in Svizzera» (em alemão, francês ou italiano) pode ser encomendada gratuitamente através do email: migration@unia.ch.

Pergunte, que nós respondemos



Reservei férias: Será que posso partir?

Estou desempregado há quatro meses. Porém, no início do ano, já tinha reservado uma semana de férias em Itália para meados de Novembro. Será que posso ir de férias? Em caso afirmativo: recebo subsídio de desemprego apesar de ir de férias?

Sim, pode ir e continua a receber subsídio de desemprego durante as férias, o chamado subsídio diário de desemprego. Regra geral, no seguro de desemprego aplica-se a seguinte regra em relação às férias: os desempregados têm direito a 5 dias de férias depois de terem recebido 60 prestações diárias de desemprego. A partir daí têm sempre direito a 5 dias de férias por cada 60 prestações de desemprego recebidas. Visto já estar desempregado há quatro meses, já tem os 60 dias necessários e tem direito a uma semana de férias. Preste atenção aos seguintes pontos:

1. Não pode gozar as férias antecipadamente.
2. Tem de avisar o Centro Regional de Emprego (RAV/ORP) que vai de férias com uma antecedência mínima de 14 dias.
3. Dias de férias só podem ser gozados semanalmente.
4. Dias de férias não gozados não serão pagos se voltar a arranjar emprego.

Também não será prolongado o direito ao subsídio diário de desemprego. As férias são designadas na gíria própria do sector como «subsídio diário de desemprego sem controlo», o que significa que, apesar de receber o subsídio, fica isento dos seus deveres perante o seguro de desemprego (por ex. escrever cartas de candidatura a novos empregos). Os dias sem controlo a que tem direito vêm mencionados nas facturas mensais da Caixa de Desemprego.

Timur Öztürk, work, 18.9.2014

Desempregado sem direito a mais prestações do Fundo de Desemprego: Menos do que o mínimo de subsistência?

Durante o período em que estive desempregado, a Caixa de Desemprego transferiu directamente para a repartição de execução de dívidas uma parte do meu subsídio. Recebi sempre só a quantia mensal de 2500 francos, isto é, o mínimo de subsistência. Perdi o direito às prestações do Fundo de Desemprego no dia 10 de Maio de 2014. Em Setembro ainda teria direito a receber 1800 francos do Fundo de Desemprego. No entanto, a Caixa descontou-me um montante proporcional para a repartição de execução de dívidas. Apenas recebi 795 francos, que é muito inferior ao mínimo de subsistência. A Caixa de Desemprego pode fazer isso?

Não. A Caixa não pode fazer descontos se o subsídio de desemprego for inferior ao montante mínimo de subsistência mensal. O mínimo de subsistência é uma quantia fixa de dinheiro com base no mínimo necessário para viver durante um mês. Assim, a Caixa só pode transferir para a repartição de execução de dívidas a parte do subsídio de desemprego que excede o mínimo de subsistência. Isto é confirmado pelo Tribunal Federal que recentemente proferiu uma decisão nesta matéria (acórdão 8C_752/2013 de 20 de Agosto de 2014). Infelizmente, o sistema de cobrança da Caixa de Desemprego não tem esta prática em consideração. Por isso, recomendo que impugne essa transferência da Caixa de Desemprego, fazendo referência ao acórdão indicado.

Timur Öztürk, work, 18.9.2014

Impressum: Beilage zu den Gewerkschaftszeitungen work, area, Événement syndical | Herausgeber Verlagsgesellschaft work AG, Zürich, Chefredaktion: Marie-José Kuhn; Événement syndical SA, Lausanne, Chefredaktion: Sylviane Herranz; Edizioni Sociali SA, Lugano, Chefredaktion: Claudio Carrer | Redaktionskommission A. García, D. Filipovic, E. Sariassian, M. Martín, M. Mendes, O. Osmani | Sprachverantwortlich Marília Mendes | Layout C. Lonati, Unia | Druck Ringier Print, Adligenswil | Adresse Unia Redaktion «Horizonte», Weltpoststrasse 20, 3000 Bern 15, marilia.mendes@unia.ch



Die Gewerkschaft.
Le Syndicat.
Il Sindacato.